

Educação Humanística e Orçamento Participativo em Unidades de Ensino de Mirandela e Bragança

Humanistic education and Participatory Budget - Possible Application in Mirandela and Bragança Teaching Units

Educación Humanística y Presupuesto Participativo en las Unidades Didácticas de Mirandela y Bragança

Recebido: 11/03/2021 | Revisado: 18/03/2021 | Aceito: 24/03/2021 | Publicado: 31/03/2021

Marcus Vinícius Guedes da Mota

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0811-4101>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais, Brasil

E-mail: marcus.mota@ifnmg.edu.br

Ricardo dos Santos Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4974-5092>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais, Brasil

E-mail: ricardo.silva@ifnmg.edu.br

Resumo

O presente estudo teve o objetivo de analisar a aplicação do Orçamento Participativo das Escolas (OPE) em duas unidades escolares em Portugal, a Escola Profissional de Agricultura de Carvalhais, em Mirandela e o Agrupamento de Escolas Emídio Garcia, em Bragança, mais precisamente, a aplicação do OPE como ferramenta de ensino dentro dos preceitos de educação humanista, omnilateral, com base nos autores clássicos dessa pedagogia: Marx, Gramsci e Freire. No âmbito do paradigma qualitativo, realizou-se um estudo de casos múltiplos com aplicação de entrevistas semiestruturadas a um representante de cada escola, com o objetivo de caracterizarem a sua instituição quanto à utilização do OPE como ferramenta educativa no quadro da educação humanista. Observou-se que o OPE é um programa de governo do país com o interesse em ser princípio educativo, contudo não apresenta viés humanístico em sua aplicação. Dessa forma, espera-se que o OPE possa ser aplicado num viés omnilateral a todos os alunos das escolas envolvidas.

Palavras-chave: Educação; Ensino; Humanismo; OPE; Bragança; Mirandela.

Abstract

The present study aimed to analyze the application of the Participatory School Budget (OPE) in two school units in Portugal, the Carvalhais Professional School of Agriculture in Mirandela and the Emídio Garcia School Grouping in Braganza, more precisely, the application of the OPE as a teaching tool within the precepts of humanistic education, omnilateral, based on classical authors of this pedagogy: Marx, Gramsci and Freire. In the context of the paradigm, qualitative, conducted a study of multiple case with the application of interviews semistructured one representative from each, with the objective of characterize your institution regarding the use of the OPE as an educational tool in the framework of humanistic education. It was observed that the OPE is a program of government of the country with the interest to be educational principle, however does not present humanistic bias in its application. Thus, it is expected that the OPE can be applied in an omnilateral bias to all students of the schools involved.

Keywords: Education; Teaching; Humanism; OPE; Braganza; Mirandela.

Resumen

Este estudio tuvo el objetivo de analizar la aplicación del Presupuesto Participativo de las Escuelas (OPE) en dos unidades escolares en Portugal, la Escuela Profesional de Agricultura Carvalhais en Mirandela y la Agrupación de Escuelas Emídio García en Bragança, más precisamente, el aplicación de OPE como herramienta de enseñanza dentro de los preceptos de la educación humanista, basada en los autores clásicos de esta pedagogía: Marx, Gramsci y Freire. Dentro del paradigma cualitativo, se realizó un estudio de casos múltiples con entrevistas semiestructuradas aplicadas a un representante de cada escuela, con el objetivo de caracterizar a su institución sobre el uso de OPE como herramienta educativa en el marco de la educación humanista. Se observó que OPE es un programa de gobierno del país con el interés de ser principio educativo, sin embargo no presenta inclinación humanística en su aplicación. Por lo tanto, se espera que el OPE pueda aplicarse en un sesgo omnilateral a todos los estudiantes de las escuelas involucradas.

Palabras clave: Educación; Enseñanza; Humanismo; OPE; Bragança; Mirandela.

1. Introdução

O objetivo do trabalho é o estudo do Orçamento Participativo (OP), dentro do processo de ensino e aprendizagem (viés pedagógico) a partir das teorias do humanismo, conforme pressupostos pedagógicos de Karl Marx, Antonio Gramsci e Paulo Freire, estudados por diversos autores, citados neste artigo.

O estudo delimitou a educação humanística, no referencial teórico, e dialoga entre os autores da bibliografia sobre conceitos que por muitas vezes se convergem, mas não são sinônimos, sendo eles: educação omnilateral, politecnia, ensino integrado (ou ensino médio integrado, comumente usados no Brasil) e humanismo. A pesquisa adotou a convergência dos conceitos como um sentido de emancipação humana, o ensino humanista, a superação do ideal escolar preparatório apenas para o mundo do trabalho e não para a cidadania. Dessa forma, para fins da pesquisa, o conceito de humanista (ou omnilateral) trata dos aspectos da educação gramsciana, muito defendida por Paulo Freire (2018), no seu trabalho mais icônico, a Pedagogia do Oprimido. Nesta obra o autor denota que a educação é ferramenta para libertar o oprimido de sua situação num processo popular de diálogo e imersão em sua realidade, problematizando uma situação para alavancar o aprendizado. Ou seja, o aluno, que advém da classe trabalhadora, o oprimido, deve ser ouvido para que a sua realidade seja reconhecida em um processo empático, fazendo com que ele participe dos atos no meio escolar em que convive.

Após sistemáticos estudos, explicitados no Desenvolvimento Teórico, observou-se a necessidade em pesquisar sobre a existência da educação humana nas unidades selecionadas. Com a finalidade de depreender o nível do caráter crítico e participativo da educação aplicada aos discentes. Antes de se perguntar os problemas da pesquisa, deve-se pensar: - a educação omnilateral é aplicada como meio de ensino, nas escolas pesquisadas? Existe uma preocupação com a educação problematizadora, com o viés de resolução de certas questões que preparam o jovem ao pleno convívio com a sociedade? Ou seja, na proposta do artigo, frente ao exposto no desenvolvimento teórico, as unidades de ensino trabalham o OP como ferramenta de educação em um contexto omnilateral, no ensino dos alunos envolvidos?

Como objetivo, propôs-se, de forma geral, depreender a aplicação do OP nas unidades de ensino escolhidas em Mirandela e Bragança como ferramentas de aprendizado num processo da educação humanista com base nos preceitos pedagógicos de Karl Marx, Gramsci e Paulo Freire. E, especificamente, recolha de dados, em entrevistas e visitas técnicas nas escolas selecionadas, que permitam averiguar sobre a existência da educação humanística somada ao OP no processo de ensino.

2. Metodologia

Estruturalmente, a pesquisa se configurou como um estudo de caso. Dentro dessa modalidade, ainda, enquadrou-se como uma pesquisa de casos múltiplos, tendo em vista o OP dentro do processo do ensino e sua aplicação como ferramenta pedagógica no aprendizado, sendo que:

O estudo de caso é um estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias fontes de evidência. (Yin, 2005 como citado em Gil, 2008, p. 58).

O estudo de casos múltiplos é marcado por questões com o poder de comparar duas realidades e reforçar a possível teoria a ser investigada, ou seja, “permite a sua comparabilidade e também maiores possibilidades de teorização, ou de consolidação de proposições teóricas (Amado, 2017, p. 130).”

Dentro dessa realidade, a pesquisa toma o caminho qualitativo, em que há contato direto com o ambiente, pelo pesquisador, tratando os dados e inferindo os resultados frente ao material coletado. Não há preocupação com dados estatísticos ou com a finalidade conclusiva do trabalho, o pesquisador vai a campo levantar dados sem interferir no processo. Ou seja, a imersão no mundo real se faz para recolha de dados que serão alvo de análise, sendo descritos os fatos e

depreendido, de forma indutiva os resultados (Prodanov & Freitas, 2013).

Em termos metodológicos, foi utilizada para a coleta de informações a realização de entrevistas semiestruturadas. O caráter qualitativo da pesquisa traz a preocupação em se entrevistar pessoalmente, não apenas em formulário, tendo em vista o estudo de caso e o viés prático do tema, ir ao local é, de fato, necessário. Precipualemente, traz-se a descrição dos dados recolhidos, detalhando, assim, todos os fatos levantados, ou seja, é necessário pelo menos conhecer o local da pesquisa, sua estrutura e realidade palpável (Bogdan & Biklen, 1994).

Dentro da recolha de dados, a entrevista mostra-se como o encontro de duas pessoas para levantamento de informações sobre algum assunto (Lakatos, 2010), a entrevista semiestruturada ou semidiretiva contém questões previamente preparadas, com ordem lógica, contudo, aberta a uma maior liberdade de resposta ao entrevistado, a grande importância desse método de recolha de dados vem ao fato de melhor atender à pesquisa de natureza qualitativa, já que não há rigidez de respostas dentro das questões propostas (Amado, 2017). Por consequência, o entrevistado sente-se mais livre e sincero às respostas, contudo, existe o risco do desconforto em responder as perguntas, tendo em vista o caráter presencial, ou seja, o entrevistado estará frente ao entrevistador. Dessa forma, foi feito “guião de entrevista”, com o script de abordagem, para minimizar impactos negativos na atividade.

Para tanto, efetivou-se esta modalidade de entrevistas a representantes de escolas em Portugal, nas Cidades de Bragança e Mirandela, tentando evidenciar se há aplicação do orçamento participativo num processo de ensino que visa à educação humanística nas unidades. Os dados foram recolhidos por meio das entrevistas semiestruturadas aplicadas a dois participantes, 01 (um) em cada unidade pesquisada. Sendo que as escolas foram escolhidas por apresentarem propostas no processo de OPE, na região nordeste de Portugal, proximidades de Bragança. Decidiu-se fechar apenas duas unidades a serem entrevistadas e dois participantes, pelo método de fechamento amostral por saturação teórica, já que inserir novos entrevistados poderia trazer redundâncias em suas respostas, ou seja, teríamos dados repetidos no processo de recolha de dados e materiais com mesmas informações na análise (Bardin, 2016).

As entrevistas foram aplicadas mediante consentimento informado em documento impresso e assinado (em duas vias, assinadas, uma ao entrevistador, outra ao entrevistado). As entrevistas foram gravadas em aplicativo de smartphone e posterior transcrição, extração, dos dados levantados no processo, sendo analisadas e tratadas para a conclusão.

Os dados levantados foram tratados com recurso à técnica de análise de conteúdo, procedimentos analíticos e sistêmicos, para que a informação recolhida através da entrevista fosse organizada, codificada e permitisse a interpretação dos resultados. Trabalhando a organização do material nos processos de pré-análise, exploração do material e o tratamento dos resultados na inferência e interpretação. Sendo que os dados foram alocados em categorias, que condensam a informação com igualdade semântica para facilitar a chegada aos resultados finais (Bardin, 2016).

O tratamento dos dados em entrevista semidiretiva enseja observar que algumas situações podem ser inesperadas e que são registradas em suas análises com minúcias, até mesmo aquelas físicas do entrevistado (hesitações, risos, silêncio e outras situações emocionais ou não, desde que relevantes), observadas no momento da coleta de dados (Bardin, 2016). Dessa forma, detalhes aparentes foram somados ao que inicialmente se propunha, como observações em conversa com o entrevistado, observações sobre estruturas e cultura do local onde ocorreu a entrevista, bem como materiais utilizados no processo de OPE na escola pesquisada.

3. Resultados e Discussão

3.1 Resultados

Tendo em vista a base da educação humanista do governo de Portugal, com foco no perfil de “pessoas autónomas e responsáveis e cidadãos ativos (Martins, 2017, p.5)”, e ainda numa “sociedade centrada na pessoa e na dignidade humana

como valores fundamentais (Martins, 2017, p.6)”, detectou-se, dentro de uma análise do conteúdo da aplicação do OPE, separado por categorias, a ausência do viés humanista nas duas entrevistas. Os entrevistados apontaram em suas respostas uma grande preocupação com a legislação que aplica o processo (Despacho 436-A/2017) e a vinculação em atender preceitos neoliberais de atendimento às necessidades das empresas. Depreende-se do exposto na fala do entrevistado 1, professor do Agrupamento de Escolas Emídio Garcia, na cidade de Bragança: “De acordo com a legislação (...) preparar os alunos para a vida, se quiser, para o mercado de trabalho” (os entrevistados usam o termo “mercado de trabalho” ao invés de “mundo do trabalho”). Sendo que os pressupostos do humanismo são preparar indivíduos críticos para a vida na sociedade, não se preocupando apenas em atender às necessidades das empresas, ou seja, não se prepara mão de obra, mas humanos para melhorar a sociedade, sujeitos dentro do processo laboral. A escola prepara o trabalhador em outras matérias específicas para o mercado de trabalho e detém matérias mais “desinteressadas”, como filosofia e conhecimentos de sociologia. O mesmo viés é observado na entrevistada 2, Professora da Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Carvalhais (Mirandela), conforme recorte: “(...) não há um bom mercado de trabalho, se não forem formados bons cidadãos” e “(...) desenvolver competências para o aluno, que se enquadrem no mercado de trabalho.”

Depreendeu-se, nas recolhas de dados e observações, o processo de OPE como princípio educativo conforme o Despacho 436-A/2017, contudo, concorrente ao viés humanista de educação. O que se observa é que um grupo de alunos (pode ser um aluno, em alguns casos) criam uma proposta para o OPE, sendo que outros grupos também o fazem e trabalham, num princípio político de concorrência. Conforme entrevistas, existe a mobilização da escola para que participem, mas não são todos os alunos que efetivamente o fazem. As propostas são colocadas em situação de competição para angariar votos, ganha a que tem mais adesão, ou seja, um grupo de alunos (ou apenas um) participa e a maioria apenas irá votar sem perceber ao certo como se deu o processo em seu todo. Então, são retratados dois agravantes: a participação parcial de discentes e a concorrência, ao invés de cooperação. Concorrência é contrária ao humanismo, vai contra os seus princípios, o humanismo é cooperação, o neoliberalismo é concorrência, dessa forma, o OPE não trata viés humanista em seus princípios.

Um dado importante é que os preceitos da legislação que cria o OPE são atendidos, ou seja: que os alunos criem propostas (os que participam), angariem votos num processo político competitivo e apliquem o projeto vencedor do certame eleitoral. É uma forma de preparar para a cidadania no viés a que se propõem, mesmo que seja ambíguo ao Despacho n.º 6478/2017, que trata o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, documento que aponta a base humanista da educação de Portugal, não negando o trabalho como princípio educativo, vinculando a educação humana à liberdade em relação a preceitos neoliberais. Ou seja, ele é princípio educativo, mas com viés neoliberal, não humanista/onilateral.

3.2 Escola Unitária, Omnilateralidade, Humanismo e Politecnia – Possíveis Conexões

A fim de entendermos os conceitos básicos a que se propõe a pesquisa é necessário invocar e dialogar com filósofos e pensadores da educação humana. Dentre os vários autores que se estudam, a base é quase sempre unânime: Marx, Gramsci e Paulo Freire; cada um, em sua realidade e tempo, complementando e trazendo nova visão sobre a educação dentro do sentido humano.

Observa-se que os autores clássicos e os atuais trazem a preocupação da educação omnilateral, por raras vezes tratada como onilateral, sempre dentro do processo de expansão das amplas capacidades humanas e no sentido ontológico do trabalho. Ou seja, será uma educação preocupada em preparar o indivíduo para suas amplas capacidades humanas, bem como sociais e para o trabalho.

Afinal, é importante destacar o trabalho laboral num processo educacional pós revolução industrial; inicialmente, o trabalho é base não apenas do capitalismo, mas do contrato social e manutenção da organização da sociedade. O trabalho dá o ideal de pertencimento do ser humano num local e sociedade, contudo, dentro dos pressupostos neoliberais, “como, então,

pensar uma escola que atenda aos interesses da classe trabalhadora e que, portanto, seja voltada para a formação humana integral, onilateral, conforme a tradição marxiana (e marxista) (Filho et al, 2015, p.1059)?”

Percebemos que o trabalho laboral advém das capacidades de interação do indivíduo com outros, bem como com o poder de transformar o ambiente em que vive. O indivíduo, em seu geral, não é desgarrado da sociedade, deve pertencer a um lugar; diferente do animal, ele tem cultura e história que nascem desse poder transformador do lugar que ocupa. Sem o trabalho, o indivíduo entra em estado de não pertencimento, de vazio e de frieza, dessa forma, desaparece o ser crítico que pode ajudar a evoluir a sociedade, esvazia-se o seu poder de mudança e manutenção da comunidade que habita (Freire, 1967); o contrato social é quebrado e a própria ordem entra em risco de ser perdida.

Acerca do ideal marxista, em suas observações aos trabalhadores, Marx pôde perceber a necessidade de superação do capitalismo e de uma educação humanista às próximas gerações dessa classe, não apenas para serem mão de obra, mas a fim de ascenderem como humanos formados, então: “(...) Marx associa educação politécnica à ideia de indivíduo integralmente desenvolvido (Filho et al, p. 1061, 2015).” Esse indivíduo não estaria apto apenas nas suas capacidades do trabalho, mas sim, nas suas capacidades intelectuais e físicas, do corpo, tendo em vista que o trabalho na fábrica é extenuante e traz a necessidade do trabalhador de se preocupar com atividades desportivas para ter uma vida saudável e plena (Filho et al 2015). Seriam, então, três pilares dentro da educação politécnica: para o trabalho, humana e física.

Já em Gramsci, o sentido de escola unitária, escola desinteressada, que não é a “desinteressada” no sentido de ser sem finalidade, é a escola humana onilateral. A escola que tem como base o trabalho dentro da educação: “o objetivo último da escola unitária de Gramsci é justamente “transformar em liberdade o que hoje é necessidade”. Trata-se, portanto, de uma escola da liberdade, isto é, de uma escola onde se ensina a ser livre (Nosella, 2016, p.192).”

Dessa forma, o termo politecnicidade nasce desse amálgama humanístico (onilateral) e trabalho; é “(...) a educação articulada ao trabalho como instrumento de emancipação humana na sociedade capitalista (Ciavatta, 2014, p.189)”. Ao trazermos o ideal onilateral gramsciano, temos que a educação deve formar não apenas os três pilares marxistas, mas se deve somar às questões culturais, não apenas às artes, soma-se à maturidade do jovem em ter o poder de se alocar no mercado de trabalho, no campo que mais o interessa e que melhores habilidades puderem ofertar. Esse é o ponto final da escola desinteressada, unitária e onilateral, trabalhar as habilidades que nascem da maturação de ideias e crenças do indivíduo, sensibilizar ao poder de escolha do aprendiz. O viés capitalista traz espaços de confronto do próprio sistema neoliberal, ao mesmo tempo que ele precisa de mão de obra barata, ele precisa de muita capacitação, essas são as contradições capitalistas, ou seja, não se preocupa apenas com o trabalho, mas com as melhoras das condições da fábrica (novos meios de produção mais ágeis e eficazes) e do produto final (que atendam ao mercado), ofertados apenas com a pesquisa e inovação. Dessa forma, surge o caráter científico e tecnológico do ensino, que é alicerce da formação integrada nos dias atuais, principalmente nas escolas técnicas e dentro do ensino médio integrado, como vem ocorrendo no Brasil, nas unidades da rede federal de ensino, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Esses ofertam o Ensino Médio Integrado (EMI) somado ao profissionalizante, com caráter de ampla expansão das habilidades humanas e para atenderem ao mundo do trabalho, com pesquisa, extensão e inovação. Assim, tais contradições nascem do fato de que o capitalismo não precisa de uma educação ampla, mas apenas às necessárias para a manutenção da “fábrica” (por assim dizer: o local de trabalho seja ele qual for). Entretanto, o sistema capitalista necessita de capital intelectual maior do que o esperado, até mesmo indesejado, para as finalidades de gestão e inovação. Ao mesmo tempo em que ele prefere uma educação empobrecida e alijada, também precisa de uma educação rica e humana, para manutenção da oficina e dos processos de produção.

Sobre o conceito de EMI, a educação aplicada nos Institutos Federais, Araújo e Frigotto (2015, p.66) dão luz:

O ensino integrado aqui é reconhecido como proposta de educação com inspiração na ideia gramsciana de escola

unitária, mas que não se confunde com ela já que seus limites de formação integral estão dados pela sociabilidade capitalista contemporânea.

(...)

O ensino integrado é um projeto pedagógico que só pode cumprir com sua finalidade de formar na perspectiva da totalidade se assumir a liberdade como utopia se mantiver íntima vinculação com o projeto político de construção de uma sociabilidade para além do capital.

Assim, o ensino integrado, ou, conforme conhecido no Brasil por meio dos institutos federais de educação (IFs), o EMI, não poderá se preocupar apenas com o mundo do trabalho, mas com as habilidades plenas do indivíduo, como ser humano. É um ensino emancipatório, maior, não apenas para as classes mais elevadas do extrato social, mas voltado aos filhos das classes trabalhadoras que demandam se profissionalizar na educação básica, “tendo como fundamento a integração entre trabalho, ciência e cultura, esse tipo de ensino acirra contradições e potencializa mudanças. (Ciavatta, 2014, p. 199)”. Entendamos melhor essa instituição:

Nesse cenário, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, como atores importantes da Rede na oferta de Ensino Médio Integrado à educação Profissional, atuam suplementarmente com programas de fomento governamental na formação profissional por meio de cursos técnicos na modalidade de Educação a Distância, portanto, reforça o papel do Estado como promotor de ações que visem ao pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, conforme estabelece a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Souza & Oliveira, 2020, p. 3)

Com a finalidade de diminuir as contradições que visam atender apenas ao mercado de trabalho, os IFs trabalham com educação verticalizada. Nesta modalidade o aluno tem ingresso na unidade de ensino na educação secundária (ensino médio integrado), sendo incentivado aos estudos em nível superior na própria instituição para, posteriormente, fazer cursos de pós-graduação *stricto sensu* ou *lato sensu* - especialização, mestrado ou doutorado. O trabalho é princípio educativo nessa instituição.

A educação politécnica, baseada no trabalho como princípio educativo, traz elementos que contrapõem a ideia de que aos trabalhadores devem ser ofertados apenas conhecimentos necessários às atividades laborativas, sem ao menos proporcionar a estes sujeitos um ensino que promova a compreensão dos fundamentos científicos que caracterizam os processos de trabalho (Santos et al., 2020 p.12).

Já o governo de Portugal trabalha com o conceito: “Um perfil de base humanista significa a consideração de uma sociedade centrada na pessoa e na dignidade humana como valores fundamentais (Martins, 2017, p.06).” Mesmo que o documento: “O Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória”, homologado pelo Despacho 6478/2017 trate da educação humanística no ensino, ou seja, eles entendem que é necessário terem jovens que sejam futuros cidadãos críticos, num viés de aptidão onilateral na sociedade em que habitam, prontos para participarem da vida social como um todo. Todavia, também esperam que sejam preparados para o mundo do trabalho no sistema neoliberal, como se observa no documento que institui o Orçamento Participativo da Escola (OPE), o Despacho n.º 436-A/2017, no qual o OPE é aplicado como um sistema de competitividade entre os discentes. Talvez, pelo fato do país ser governado pelo Partido Socialista (PS) e intervenções do Bloco de Esquerda, ainda mantenham o viés humanista na base legal de ensino, em contrapartida, preocupados em atenderem o sistema capitalista, preparando os jovens para serem competitivos, tendo em vista a forma de se aplicar, legalmente, o OPE nas escolas. Temos em Freire (2019, p.195) as bases epistemológicas da educação socialista: “Na sociedade que se constrói na linha do socialismo, pelo contrário, fundando-se na nova realidade material que vai tomando forma, a educação deve ser eminentemente desveladora e criticizante”.

Quando Freire expôs esse princípio da educação socialista, ele mostrou que a educação não deve ser tecnicista, ou seja, não se faz uma educação para se chegar a um produto que atenda ao mercado de trabalho. A educação deve ser um

processo de aprendizado num sentido amplo, onde não se pode ter dúvidas de nenhuma matéria a ser estudada. Então, deve ser crítica, o aluno deve sempre perguntar, ser ouvido e aprender amplamente todos os passos do processo. Nesse sentido, tratando-se sobre OPE, o aluno não deve apenas ajudar a deliberar sobre o documento orçamentário, mas deve aprender desde os conceitos até sua confecção e aplicação. Destarte, o autor continua: “neste sentido, é tão contraditório que uma tal sociedade se oriente no sentido do consumismo a que antes me referi, ou da rigidez burocrática, como contraditório é que se estabeleça um sistema educacional autoritário e prescritivo, filho, neste caso, da própria rigidez burocrática (Freire, 2019, p.195)”. A educação deve ser completa nas habilidades maiores do indivíduo, já dizia Freire (2018) a educação deve ser libertadora, defronte a princípios da educação politécnica evidenciados em Santos et al. (2020, p.14):

É preciso construir meios possíveis para a implantação dos ideais da politecnia. A travessia a essa realização é necessária na estrutura de sociedade. É preciso “engendrar o novo no velho”, trazendo uma expectativa de avanço rumo à educação politécnica e, assim, resistir às concepções fundamentadas na perspectiva da fragmentação da formação, voltadas majoritariamente para a “pedagogia das competências”. Atualmente é enxertada a ideia central de que a educação profissional e propedêutica continue refletindo uma formação voltada precisamente para o atendimento às necessidades imediatas do capital.

Dessa maneira, sobre a possibilidade de se discutir ou aplicar os pressupostos humanísticos, frente às limitações que se apresentam, entendemos que o quão próximo as escolas chegarem do viés humanista, melhor será para jovens melhores em sociedade, num contexto amplo de suas atribuições e capacidades. Não esperamos o utópico do omnilateral, mas o mais próximo possível disto.

Tendo em vista que os filhos das classes trabalhadoras são os oprimidos na engrenagem capitalista faz-se necessário delimitar que o processo de ensino dentro da pedagogia do oprimido (humanístico, omnilateral) perpassa pelo fato de que o professor é um aprendiz junto do aluno, um intermediador do aprendizado. Deve-se incentivar o aluno, o oprimido, que sempre foi colocado como inferior ao mestre, ao patamar de que ele também tem amplas capacidades de sabedoria de sua realidade. O aprendiz não é o incapaz de que tanto falaram a ele. Ao educador humanista é incompatível que seja opressor, mesmo que indiretamente, aplicando a educação “bancária” ao oprimido (discente), aquela antiga educação “decoreba” que não incita o pensar. O humanismo usa da ferramenta da problematização ao ensino, o humanista deve ter empatia e entrar no universo do oprimido (processo investigativo do ensino), é necessário amor envolvido na transmissão do conhecimento. A educação bancária é alienante, enquanto a educação humanista é emancipadora e traz a educação problematizadora que desconstrói a contradição educador-educandos (Freire, 2018). “Desta maneira, o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa (Freire, 2018, p. 95-96).”

Depreende-se, ainda, que a criação de uma grade curricular é uma arena política de embate, conforme elucidado: (...) o currículo constitui-se em uma arena política de ideologia, poder e cultura. Consiste em um campo ideológico por transmitir e produzir uma visão de mundo vinculado aos interesses dos grupos sociais, por meio das práticas educativas. É um espaço de expressão das relações sociais de poder, visto que se constitui e, ao mesmo tempo, resulta da relação entre as classes sociais; é uma área de conflitos de cultura de classes, em que se transmite a cultura oficial e se produz a cultura contestada (Araújo & Frigotto, 2015, p. 68).

Dessa forma, entende-se a dificuldade em se implementar ações que possam ser vistas como “polêmicas” ou fora do contexto esperado para educação, numa época da história da sociedade, tendo em vista que a escola é campo de batalha ideológico entre anseios da população e do capitalismo. Por isso, evidencia-se que o trabalho de se criar um currículo escolar advém de especialistas que, geralmente, se inclinam a atenderem o lado político que mais tem força na discussão. Todo o interesse em se fazer o currículo advém de esforço político, depende da cultura da era, sempre seguindo regras dos estratos dominantes sobre os dominados (Torres, 1997).

Num outro campo, Freire (2018) trata da educação baseada em diálogo com o aluno, vivendo a realidade deste e

deprendendo um assunto cotidiano para problematizar e trazer uma resolução ao fato, por meio do discente, deixando sempre perguntas e não uma resposta já pronta. O método dialógico vem depois do método decodificador de pesquisa da realidade do estudante (Freire, 2018). Para o artigo em tela, decidiu-se trazer um fato trabalhado nas duas unidades de ensino selecionadas que culminou no OPE proposto pelo governo de Portugal e o efetivamente solicitado pelas escolas. Afinal, pode ser uma ferramenta pedagógica de ensino, dentro do contexto político, que há de ser usado para preparar o cidadão ao convívio em sociedade? O OPE pode ser trabalhado dentro da perspectiva humanista/omnilateral da educação politécnica, não apenas atendendo ao mundo do trabalho, mas sim à preparação do ser humano para suas habilidades amplas no contexto social, ou seja, não apenas um sujeito para o trabalho, mas o sujeito no mundo do trabalho?

3.3 Orçamento Participativo (OP)

A democracia contemporânea foi originada na Grécia antiga, de forma direta, com participação do povo, logo se disseminando ao mundo os ideais de democracia. Rousseau a tomava como referência à teoria do contrato Social (Salles, 2010), a qual parte do pressuposto de que o homem abre mão do seu direito natural, de sua liberdade plena, para seguir regras em sociedade, garantindo a sua segurança e sobrevivência.

Compreende-se que para se organizar a alocação dos recursos e garantir a sua distribuição, é necessário um planejamento, denominado de orçamento. O orçamento, de forma genérica, garante que as funções atendam às necessidades da sociedade, efetivando o planejamento público que surge após a primeira guerra mundial, sendo impulsionado no leste europeu e muito utilizado na antiga União Soviética (Salles, 2010).

O OP incorpora a população no processo decisório da elaboração orçamentária, seja por meio de lideranças da sociedade civil, audiências públicas ou por outras formas de consulta direta à sociedade. Trata-se de ouvir de forma direta as comunidades para a definição das ações do governo, para resolução dos problemas por elas considerados prioritários, conforme Escola Nacional de Administração Pública - ENAP (2014).

Observa-se uma grande dificuldade em mobilizar o povo na participação do processo, em se aplicar, de forma clara, os princípios norteadores do OP em linguagem acessível, por mais, sensibilizar não apenas lideranças, mas as gestões dos entes federados à abertura ao povo, dentro do processo democrático de participação (Costa, 2010). “(...)Vontade política significa romper com as resistências internas do governo e aceitar os segmentos sociais na decisão e discussão do Orçamento Municipal (Souza, 2004 como citado em Costa, 2010, p.8).” A população deve ter o mínimo de conhecimento do processo orçamentário e das contas envolvidas. Ainda, há o problema das leis que obrigam como os recursos devem ser aplicados, deixando o orçamento “engessado”, ficando poucos recursos para serem aplicados num processo de orçamento participativo.

Afinal, o que seria o Orçamento Participativo das Escolas (OPE)? O Governo de Portugal (2017a, n.p.) traz informativo, em seu site oficial, sobre o que é tal ferramenta:

É um processo democrático, com várias etapas, que garante aos estudantes a possibilidade de participarem, de acordo com as suas ideias, preferências e vontades, no desenvolvimento de um projeto que contribua para a melhoria da sua escola.

O Orçamento Participativo das Escolas (OPE) pretende fomentar o espírito de participação e de cidadania e valorizar a opinião dos estudantes em decisões que os afetam diretamente.

Com o OPE estimulam-se as escolhas responsáveis, a familiaridade com os mecanismos do voto e a participação na execução das escolhas efetuadas.

O Despacho n.º 436-A/2017 trata da preocupação em melhorar a participação cível do povo do país tendo em vista o n.º 1 do artigo 77.º, que “Os professores e alunos têm o direito de participar na gestão democrática das escolas, nos termos da

lei (Governo de Portugal, 2017b, p. 738-(2)).”

Observa-se, o viés humanista da aplicação do OPE, mesmo que não implícito o termo, e a sua preocupação com a participação e cidadania dos discentes.

Para muitos estudantes, a criação de um Orçamento Participativo das Escolas constituirá uma primeira oportunidade para participar num processo formal de apresentação e discussão de propostas de intervenção, assim como de votação, com impactos significativos na sua formação enquanto cidadãos responsáveis, informados e participativos. (Governo de Portugal, 2017b, p. 738-(2)).

Dessa forma faz-se necessário descobrir: o OPE é aplicado na educação das unidades de ensino de Portugal como ferramenta pedagógica de aprendizado, dentro do viés da educação humanística?

3.4 Orçamento Participativo e Democracia Ativa como Possibilidade de Transformação Significativa

A noção de democracia direta, embora não fosse o objeto central na obra marxiana, pode ser percebida na crítica ao princípio da representação, pois a democracia efetiva demanda o desaparecimento do Estado, conseqüentemente extingue a separação entre este e a sociedade civil. A esfera política, antes distinta, será baseada em interesses homogêneos e solidários sem a divisão entre governantes e governados.

As condições democráticas podem pôr em risco as bases da sociedade burguesa ao possibilitar a vitória de classes sociais antagônicas, ou seja, a possibilidade de mobilizações e a organização política de forças populares, no interior das democracias burguesas, expressarem o desenvolvimento de uma cultura contra hegemônica capaz de balizar transformações significativas e alternativas ao capitalismo.

A relação entre o capitalismo e a democracia é antitética, pois a riqueza confere um acesso privilegiado ao poder (WOOD, 2006). Além disso, a existência do capitalismo está inexoravelmente sujeita à lógica da acumulação e aos ditames do mercado. Isso implica que amplas esferas da vida cotidiana estão fora das balizas democráticas, pois “toda prática humana que possa ser convertida em mercadoria deixa de ser acessível ao poder democrático” (Wood, 2006, p. 382). A democratização é avessa à mercantilização.

A definição convencional de democracia vigente nos Estados Unidos é orientada pela noção de limitação do poder autoritário do Estado, com o objetivo de defender o indivíduo ou a sociedade civil das suas investidas descabidas contra as liberdades individuais. Porém, o ponto mais importante, considerando os objetivos deste trabalho, é a ausência de discussões ou articulações que compreendam no interior desta definição a distribuição de poder entre as classes sociais. Nesse sentido, a ênfase recai nos direitos passivos, o poder soberano do povo é negligenciado, pois “esta concepção de democracia focaliza meramente o poder político, abstraindo-o das relações sociais ao mesmo tempo em que apela a um tipo de cidadania passiva na qual o cidadão é efetivamente despolitizado” (Wood, 2006, p.383).

A democracia na perspectiva da cidadania ativa, baseada na noção de isegoria (termo que para os atenienses democráticos significa igualdade e liberdade de expressão), na distribuição do poder social, poderia significar a submissão das classes dominantes às massas (Wood, 2006). Porém, sob o capitalismo a “universalização” dos direitos políticos não se configurou como um entrave para a classe dominante.

Ao longo da história pré-capitalista a exploração dos produtores diretos foi obtida por meio da coerção direta, baseada no monopólio do poder político e militar por parte das classes dirigentes. Havia, por um lado, a junção entre o poder econômico e político, mas, por outro, a divisão entre os dirigentes (poder político) e os produtores (sociedade trabalhadora). Porém, essa união entre o poder político e o econômico foi alterada com o desenvolvimento do capitalismo. Isso não significou a perda de importância do Estado no processo de valorização do capital, conforme os interesses capitalistas, mas que a extração da mais valia resulta de poderes puramente econômicos (Wood, 2006).

A esfera política se distanciou da esfera econômica, pois esta tem suas próprias formas de coerção, dominação e hierarquias. Há um controle eficaz sobre o trabalho no capitalismo – o capital define o quê produzir, onde, quando e como. Essa esfera não está sujeita ao controle democrático. Isso fica mais claro quando consideramos que na esfera política há o comportamento do “cidadão”, instruído/regulado por normas legais/constitucionais, definição que abstrai a sua posição de “classe social” (trabalhador ou capitalista), pois separada da esfera econômica. “As pessoas podem exercer seus direitos como cidadãos sem afetar muito o poder do capital no âmbito econômico” (Wood, 2006, p.387).

Ao se restringir à uma esfera simplesmente política (e jurídica), a democracia não toca nos fundamentos do poder de classe. Essa relação entre o político e o econômico confere ainda mais poder social ao capital, pois, além da influência direta na esfera política, há o seu poder na “fábrica”, na distribuição dos recursos e utilização do trabalho. Em resumo, a maioria das atividades humanas passa ao largo do poder democrático.

Outro ponto fundamental que reforça a subordinação dos trabalhadores é a noção de “representação”. Na democracia representativa a noção de demos (povo) sofreu um esvaziamento ainda maior de sua significação social, o povo carrega um significado puramente político. Tornou-se um corpo de cidadãos que compartilha certos direitos civis – não são pobres, trabalhadores, etc. A representação, nesse sentido, aumenta a distância entre as pessoas e o poder, configura-se como um filtro que intercede na relação entre as pessoas e o Estado (Wood, 2006).

Em resumo, as formas ideológicas impendem uma compreensão dos fundamentos da sociedade capitalista e, conseqüentemente da democracia burguesa. As discussões acerca do OP, balizadas por uma perspectiva crítica acerca da subordinação do Estado ao capitalismo, apresentam um potencial que extrapola a reflexão, deliberação e tomada de decisão relativamente à distribuição de recursos pontuais no interior de uma instituição, município, estado ou nação, pois tocam na reconfiguração dos regimes democráticos e do próprio modo de produção, abrindo espaço para uma democracia ativa.

3.5 Instituições de Ensino nas Cidades de Mirandela e Bragança na Pesquisa

As duas unidades escolares estão inseridas na região nordeste de Portugal, Trás-os-Montes, nas cidades de Mirandela e Bragança.

A primeira unidade foi escolhida por ter apresentado iniciativa de solicitação de recursos do OPE, a Escola Profissional de Agricultura de Carvalhais, Mirandela, única escola técnica da cidade. Nessa instituição, assim como os Ifs, no Brasil, a educação também é princípio educativo, sendo que o foco da escola é ensino técnico na área rural, conforme dados levantados em sítio oficial:

Procura-se proporcionar aos alunos uma sólida formação geral, científica e técnica, facultando-lhe contactos com o mundo do trabalho, no país e no estrangeiro preparando-os para uma melhor sucedida inserção socioprofissional na vida ativa assumindo riscos empreendendo e para o prosseguimento de estudos, se o desejarem (EPA, n.p.,2020).

A escola em Bragança é o Agrupamento Emídio Garcia que trabalha o ensino do pré-escolar ao 1º, 2º, 3º Ciclo e Secundário, sendo uma escola pública. Há três anos vem aplicando o OPE e funciona nos moldes atuais, de agrupamento, desde de 2012, conforme informação levantada na entrevista.

4. Considerações Finais

Compreendendo as duas entrevistas, analisou-se que se evidencia a ausência da visão humanista, pois observa uma demasiada preocupação com o “mercado de trabalho”, mesmo que haja o esforço em se formar cidadãos participativos politicamente. Detectou-se ainda que o OPE não é princípio educativo considerando as bases humanistas. A ferramenta é um princípio educativo restrito, no qual um pequeno grupo de alunos é ativo politicamente, e outro apenas vota nas propostas que

são apresentadas.

O pressuposto da concorrência contradiz a cooperação e leva o processo ao pensamento neoliberal, que é contrário às bases humanistas. Dentro da recolha de dados, detectou-se um retorno do OPE às escolas pesquisadas, onde há ganho de bens materiais e é aplicado o aprendizado aos alunos que participam, mesmo que não seja conforme preceitos omnilaterais, dos autores clássicos, Marx, Gramsci e Freire, com suas releituras atuais.

A partir do exposto, depreende-se que o OPE não é princípio educativo humanista como ferramenta de ensino. Pressupõe-se que sejam revistos os princípios do OPE de forma mais participativa a todos os discentes e comunidade escolar, discutindo não apenas com um pequeno ponto do OPE, mas todo o orçamento da escola, com maior mobilização das escolas e participação efetiva de todos os alunos em um espaço maior e democrático. Para tanto, são necessárias novas pesquisas que evidenciem como efetivar esse novo OPE, estudando situações em outros países, não apenas nas escolas, mas em outras entidades dos governos.

A pesquisa pode ser um termômetro para o que acontece no país, dessa forma, sugerimos que a mesma seja feita em âmbito nacional ou, pelo menos, por regiões. As duas escolas estão no norte do país, talvez pudesse abarcar toda a região, posteriormente, outras zonas. Sugerimos, ainda, que se compare as experiências vividas no Brasil, no universo dos IFs que fazem o OP, por exemplo, o IFNMG Campus Salinas. É necessário que sejam estudadas as formas de experiência de OP no âmbito institucional dos dessas instituições, mais especificamente o modelo de aplicação, já que elas têm conformação de base politécnica, parte de sua educação segue preceitos humanísticos da educação socialista, ou seja, o ideal é preparar o aluno para o mundo do trabalho e para o pleno exercício como cidadão.

Agradecimentos

Agradecemos, especialmente, a Sofia Bergano, Ph.D., Professora Adjunta, do Instituto Politécnico de Bragança, que ajudou, sobremaneira, ao pesquisador Marcus Vinícius Guedes da Mota, com os contatos nas escolas e compartilhou bibliografias com o mesmo.

Ainda, aos colegas e professores do curso de Educação Social, do Instituto Politécnico de Bragança, IPB, principalmente a Patrícia de Oliveira, originária de Bissau e colega de turma nesta instituição. Imensas saudades de todos, espero poder ver toda a gente em breve.

Referências

- Amado, J. (2017). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Araujo, R. M. d. L. & Frigotto, G. (2015). Práticas Pedagógicas e Ensino Integrado. *Revista Educação em Questão*, 61-80. Acesso em 29 de janeiro de 2021, disponível em <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2015v52n38ID7956>.
- Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo*. Edições 70.
- Bogdan, R. C. & Biklen, S. K. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação: Uma Introdução a Teoria e aos Métodos*. Porto: Porto Editora LTDA. <https://docente.ifrn.edu.br/albinonunes/disciplinas/pesquisa-em-ensino/investigacao-qualitativa>.
- Costa, D.M.D (2009). 20 Anos de Orçamento Participativo: Análises das Experiências do Municípios Brasileiros. *XXXIII Encontro da ANPAD*. ANPAD. http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/45/APS2364.pdf.
- Ciavatta, M. (2014). O Ensino Integrado, a Politécnica e a Educação Omnilateral. Porque Lutamos? *Periódicos UFMG-Trabalho e Educação*, pp. 187-205. Janeiro a Abril de 2014. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>.
- ENAP. (2014). *Orçamento Público - Conceitos Básicos*. ENAP - Escola Nacional de Administração Pública. <http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2170/1/Or%C3%A7amento%20P%C3%ABlico%20Conceitos%20B%C3%A1sicos%20-%20M%C3%B3dulo%2020281%29.pdf>.
- Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Carvalhais / Mirandela (EPADRCM) (2020). *A Escola*. <https://epacarvalhais.com/a-escola/>.
- Filho, D. L., et.al. (2015). Politécnica e Formação Integrada: Confrontos Conceituais, Projetos Políticos e Contradições Históricas da Educação Brasileira. *SCIELO*, pp. 1057-1080. <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n63/1413-2478-rbedu-20-63-1057.pdf>.

- Freire, P. (1967). *Educação Como Prática da Liberdade*. Paz e Terra.
- Freire, P. (2018). *Pedagogia do Oprimido*. Paz e Terra.
- Freire, P. (2019). *Cartas à Guiné Bissau: Registros de uma Experiência em Processo*. (6a ed.). Paz e Terra.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. Atlas.
- Lakatos, M. (2010). *Fundamentos de Metodologia Científica*. Atlas.
- Martins, G. D., et.al. (2017). *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. Editorial do Ministério da Educação e Ciência*. https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_e_Flexibilidade/perfil_dos_alunos.pdf
- Nosella, P. (2016). *A Escola de Gramsci (5a ed.)*. Cortez.
- Portugal, Governo de. (2017a). *Diário da República*. <https://dre.pt/application/conteudo/105711800>.
- Portugal, Governo de. (2017b). *Governativa da Educação*. <https://opescolas.pt/faq-perguntas-e-respostas/>.
- Prodanov, C. C. & Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico*. Editora Feevale(2ª). <https://www.feevale.br/institucional/editora-feevale/metodologia-do-trabalho-cientifico---2-edicao>.
- Santos, J. d., Jesus, L. A. F. d., Andrade, L. G. d. S. B., & Silva, M. S. d. (2020). Dualidade Educacional e Formação Politécnica: Aproximações ao Debate Teórico. *Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica-IFRN*, (18), 1-16. <https://doi.org/10.15628/rbept.2020.9355>
- Salles, H. M. (2010). *Gestão Democrática e Participativa*. Brasília: Departamento de Ciências Contábeis/UFSC/CAPES/UAB/MEC.
- Souza, E. S., & Oliveira, R. M. d. S. R. (2020). A rede e-Tec brasil no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais: uma abordagem histórica. *Research, Society and Development journal*, 9(8). <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i8.5672>
- Torres, C. A. (1997). *Sociologia Política da Educação (2a ed.)*. (S. Valenzuela, Trad.) Cortez.
- Wood, E. M. (2006). *A Teoria Marxista Hoje: Problemas e Perspectivas*. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.